



3333645



00135.228653/2021-69



**MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS
DIVISÃO DE CONTRATOS**

SCS Quadra 09 - Lote C, Ed. Parque Cidade Corporate, Torre-A, 10º Andar
Brasília, DF. CEP 70308-200. - <http://www.mdh.gov.br>

TERMO ADITIVO Nº 01/2022-SEI

PROCESSO Nº 00135.228653/2021-69

**PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº
34/2021, QUE CELEBRAM ENTRE SI A
UNIÃO, POR INTERMÉDIO
DO MINISTÉRIO DA MULHER,
DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS
E A EMPRESA NADJA MARINA PIRES-
ME.**

A União, por intermédio do **MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS**, com sede no Setor Comercial Sul - B, Quadra 09, Lote C, Edifício Parque Cidade Corporate - Torre A, CEP 70.308-200, Brasília/DF, inscrito no CNPJ sob o nº 27.136.980/0008-87, neste ato representado pela Subsecretária de Orçamento e Administração, Senhora **LORENA FERRER CAVALCANTI RANDAL POMPEU**, matrícula SIAPE nº 1097697, designada por meio da Portaria nº 147, de 26 de fevereiro de 2021, publicada na Seção 2, do Diário Oficial da União - DOU, de 1º de março de 2021, por subdelegação de competência fixada na Portaria nº 6, de 12 de janeiro de 2021, publicada na Seção 1 do Diário Oficial da União - DOU de 14 de janeiro de 2021, doravante denominada **CONTRATANTE** e a **NADJA MARINA PIRES - ME**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 12.130.958/0001-86, sediada na QI 33 - Bloco. A - Sala. 118 - Ed. Senador Pedro Teixeira - CEP 71065-330, Guará II/DF, doravante designada **CONTRATADA**, neste ato representada pela Senhora **NADJA MARINA PIRES**, tendo em vista o que consta no Processo nº 00135.228653/2021-69 e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº 14/2021, UASG: 810005, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é:

a) **PRORROGAR** o prazo da vigência do Contrato nº 34/2021, por mais

06 (seis) meses, contemplando-se, nesta ocasião, o período de **21/12/2022 a 20/06/2023**, nos termos do art. 57, §1º, da Lei n.º 8.666, de 1993.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - PREÇO

2.1. A alteração do prazo de vigência e de execução do Contrato Administrativo nº 34/2021 não acarretará qualquer ônus adicional.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União, na dotação abaixo discriminada:

Nota de Empenho	PTRES	Elemento de Despesa	Qtd.	Valor Total (R\$)
2021NE000340	203426	449052	01	R\$ 2.699,00
2021NE000342	203435	449052	01	R\$ 2.699,00
2021NE000347	203334	449052	01	R\$ 2.699,00
2021NE000348	203291	449052	01	R\$ 2.699,00
2021NE000518	203334	449052	09	R\$ 24.291,00
2021NE000519	203291	449052	06	R\$ 16.194,00

4. CLÁUSULA QUARTA - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

4.1. A CONTRATADA deverá atualizar a data da garantia contratual conforme item 7.4 do referido Contrato, correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do termo aditivo no prazo de 10 (dez) dias, em qualquer das modalidades previstas no art. 56 da Lei n.º 8.666, de 1993, observadas as condições previstas no Edital, com validade de 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, devendo ser renovada a cada prorrogação, observados os requisitos previstos no item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MPDG nº 5/2017.

5. CLÁUSULA QUINTA - DA RATIFICAÇÃO

5.1. Ficam ratificadas todas as demais Cláusulas e condições pactuadas no Contrato Administrativo, que não tenham sido atingidas pelas disposições deste Termo Aditivo.

6. CLÁUSULA SEXTA - DA PUBLICAÇÃO

6.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, de acordo com o prescrito no artigo 61, parágrafo único, da Lei nº 8.666, de 1993.

6.2. Para firmeza e validade do pactuado, o presente termo aditivo vai eletronicamente assinado pelos contraentes, depois de lido e achado em ordem.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - DO FORO

7.1. As partes, de comum acordo, elegem o foro da Seção Judiciária da Justiça Federal em Brasília-DF para dirimir as dúvidas originárias da execução dos serviços objeto deste Termo, renunciando a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

7.2. E por assim estarem justas e acertadas, lavram e assinam nos Termos do Decreto nº 10.543/2020, para que produzam seus efeitos jurídicos.

LORENA FERRER C. R. POMPEU

NADJA MARINA PIRES



Documento assinado eletronicamente por **Nadja Marina Pires, Usuário Externo**, em 20/12/2022, às 09:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no **§ 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020**.



Documento assinado eletronicamente por **Lorena Ferrer Cavalcanti Randal Pompeu, Subsecretário(a) de Orçamento e Administração**, em 20/12/2022, às 10:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no **§ 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020**.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mdh.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **3333645** e o código CRC **40477477**.